

Aviso n.º 11 744/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a José Marcolino, natural de Caconda, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 18 de Novembro de 1965, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

3 de Dezembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 11 745/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 6 de Outubro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Mamadu Bobo Baldé, natural de Bafatá, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 6 de Janeiro de 1969, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

3 de Dezembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Despacho (extracto) n.º 26 434/2005 (2.ª série). — Por despachos de 18 de Outubro e de 6 de Dezembro de 2005, respectivamente do subinspector-geral das Actividades Económicas e do director-geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, no uso da competência própria constante no artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro:

Maria Manuela Pacheco de Oliveira Murteira, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal da Inspeção-Geral das Actividades Económicas — transferida, nos termos do disposto no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a redacção dada pelo artigo único do Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, para o quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, sendo integrada na carreira de apoio à investigação e fiscalização na categoria de especialista-adjunta, nível 2, ficando posicionada no escalão 3, índice 311. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Dezembro de 2005. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 26 435/2005 (2.ª série). — Ao cessar, a seu pedido, as funções de secretária do meu Gabinete, louvo Maria Fernanda Ribeiro de Almeida Xavier pela competência, rigor, lealdade, dedicação e total disponibilidade que sempre demonstrou no exercício das funções que lhe estavam cometidas.

Todas estas qualidades de Maria Fernanda Ribeiro de Almeida Xavier constituíram uma importante mais-valia para o funcionamento do meu Gabinete, que me apraz registar e elogiar publicamente.

18 de Setembro de 2005. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral*.

Departamento Geral de Administração

Aviso n.º 11 746/2005 (2.ª série):

José Duarte Sequeira e Serpa, ministro plenipotenciário de 1.ª classe do quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático, a exercer o cargo de director-geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas — despacho do Primeiro-Ministro e do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de 16 de Novembro de 2005 promovendo-o a embaixador, continuando a exercer o referido cargo, com efeitos a 31 de Outubro de 2005.

António Raul Freitas Monteiro Portugal, ministro plenipotenciário de 1.ª classe do quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático, a exercer o cargo de director-geral dos Assuntos Multilaterais — despacho do Primeiro-Ministro e do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de 16 de

Novembro de 2005 promovendo-o a embaixador, continuando a exercer o referido cargo, com efeitos a 31 de Outubro de 2005. Ana Maria da Silva Marques Martinho, ministra plenipotenciária de 1.ª classe do quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático, a exercer funções no Gabinete do Presidente da Comissão Europeia — despacho do Primeiro-Ministro e do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de 16 de Novembro de 2005 promovendo-a a embaixadora, continuando a exercer as referidas funções, com efeitos a 31 de Outubro de 2005. Júlio Francisco de Sales Mascarenhas, ministro plenipotenciário de 1.ª classe do quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático, a exercer o cargo de Embaixador de Portugal em Haia — despacho do Primeiro-Ministro e do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de 16 de Novembro de 2005 promovendo-o a embaixador, continuando a exercer o referido cargo, com efeitos a 31 de Outubro de 2005.

Maria Margarida de Araújo Figueiredo, ministra plenipotenciária de 1.ª classe do quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático, a exercer o cargo de Embaixadora de Portugal em Varsóvia — despacho do Primeiro-Ministro e do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de 16 de Novembro de 2005 promovendo-a a embaixadora, continuando a exercer o referido cargo, com efeitos a 31 de Outubro de 2005.

Carlos Neves Ferreira, ministro plenipotenciário de 1.ª classe do quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático, a exercer o cargo de Embaixador de Portugal em Atenas — despacho do Primeiro-Ministro e do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de 16 de Novembro de 2005 promovendo-o a embaixador, continuando a exercer o referido cargo, com efeitos a 31 de Outubro de 2005.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Dezembro de 2005. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Despacho conjunto n.º 1082/2005. — Considerando que Luís Manuel Vieira Pires, funcionário público do quadro da extinta Direcção-Geral da Aviação Civil, a exercer funções em regime de requisição no Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC), requereu, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 73.º, e da alínea a) do n.º 1 do artigo 89.º, ambos do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, que lhe fosse concedida uma licença sem vencimento, pelo período de cinco anos, para o exercício de funções em organismo internacional, mais concretamente na Agência Europeia para a Segurança da Aviação — EASA;

Considerando que não há inconveniência para o serviço, nem o orçamento do INAC é onerado com quaisquer despesas quanto à concessão desta licença;

Considerando que o exercício de funções, por um colaborador do INAC, em organismo internacional é prestigiante para o serviço e consubstancia uma valorização profissional para o funcionário em causa;

Determina-se o seguinte:

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 92.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e concedida a licença sem vencimento para o exercício de funções em organismo internacional a Luís Manuel Vieira Pires, pelo período de cinco anos, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2005.

25 de Novembro de 2005. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral*. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral dos Impostos

Aviso (extracto) n.º 11 747/2005 (2.ª série). — *Delegação de competências.* — Miguel Carlos Lima de Castro e Silva, chefe do Serviço de Finanças de Ponte de Lima, ao abrigo do artigo 94.º do Decreto Regulamentar n.º 42/83, de 20 de Maio, do artigo 35.º do Código